



**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis,
Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2010, 2009 e
em 1º de janeiro de 2009



Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de superávit/(déficit)	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10 - 55
Conselho curador, conselho fiscal e diretoria executiva	56



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações de superávit/(déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FIPECAFI é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FIPECAFI para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIPECAFI. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

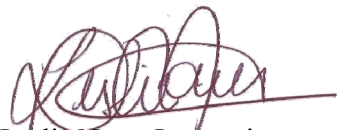
Nossos exames foram conduzidos com o objetivo principal de emitir um relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis de acordo com as informações contidas no tópico responsabilidades dos auditores independentes. As informações suplementares denominadas “em moeda de capacidade aquisitiva constante”, apresentadas na nota explicativa 21, estão apresentadas com o objetivo de fornecer informações para análises adicionais, não sendo parte integrante das demonstrações contábeis referidas acima, nem tampouco são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, essas informações complementares foram sujeitas aos procedimentos aplicados no exame das demonstrações contábeis referidas acima, sendo que não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas informações suplementares, para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas em relação às demonstrações contábeis referidas acima, tomadas em seu conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da FIPECAFI, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Leslie Nares Laurenti
Contadora CRC 1SP215906/O-9

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009

(Em Reais)

Ativo	Nota	2010	2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)	Passivo	Nota	2010	2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	1.226.116	2.107.758	4.334.672	Fornecedores		137.910	123.388	173.194
Outros investimentos	6	2.260.768	1.969.777	7.984.392	Salários, encargos e impostos a recolher		185.530	131.169	134.199
Contas a receber de clientes	7	1.724.306	2.124.145	1.725.896	Férias a pagar		254.968	282.459	255.719
Adiantamentos a terceiros e outros créditos		410.380	300.219	913.676	Contas a pagar		217.665	128.749	49.913
Estoques		167.385	161.167	110.319	Serviços prestados a pagar	10	1.040.233	1.094.967	1.252.933
					Adiantamento de clientes		307.372	403.437	599.766
					Financiamento imobiliário	13	1.139.218	1.214.112	-
		<u>5.788.955</u>	<u>6.663.066</u>	<u>15.068.955</u>			<u>3.282.896</u>	<u>3.378.281</u>	<u>2.465.724</u>
Não Circulante					Não Circulante				
Outros investimentos	6	4.564.364	6.822.659	7.293.357	Exigível a longo prazo				
Investimentos		856	856	856	Mútuo		-	958.106	-
Depósito judicial e outros valores a recuperar	11	25.213.657	23.211.281	21.726.137	Provisão para perdas fiscais e outros valores	12	18.159.084	17.294.555	20.792.902
Propriedades para investimento	8	10.400.000	8.880.000	-	Financiamento imobiliário	13	11.583.951	12.351.392	-
Imobilizado	9	19.208.139	19.365.533	10.328.912			<u>29.743.035</u>	<u>30.604.053</u>	<u>20.792.902</u>
Intangível		124.876	115.203	99.400	Patrimônio social				
		<u>59.511.892</u>	<u>58.395.532</u>	<u>39.448.662</u>	Patrimônio social	14	20.229.266	20.229.266	20.229.266
					Ajustes de avaliação patrimonial		4.496.518	4.614.848	4.733.177
					Superávit acumulado		7.549.132	6.232.150	6.296.548
							<u>32.274.916</u>	<u>31.076.264</u>	<u>31.258.991</u>
Total do ativo		<u>65.300.847</u>	<u>65.058.598</u>	<u>54.517.617</u>	Total do passivo		<u>65.300.847</u>	<u>65.058.598</u>	<u>54.517.617</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações de superávit/(déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Reais)

	Nota	2010	2009 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	21.888.635	17.201.275
Custos dos serviços prestados		<u>(15.672.773)</u>	<u>(14.419.796)</u>
Resultado bruto		<u>6.215.862</u>	<u>2.781.479</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(6.550.705)	(7.308.669)
Receitas de aluguéis	16	1.378.238	-
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimento		1.522.418	(950.000)
Reversão de provisões tributárias		<u>234.277</u>	<u>4.893.485</u>
Superávit (déficit) antes das receitas e despesas financeiras		<u>2.800.090</u>	<u>(583.705)</u>
Receitas Financeiras	17	873.623	1.515.716
Despesas Financeiras	17	<u>(2.475.061)</u>	<u>(1.114.738)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>1.198.652</u></u>	<u><u>(182.727)</u></u>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	20.229.266	-	6.296.548	26.525.814
Adoção inicial do CPC	-	4.733.177	-	4.733.177
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	20.229.266	4.733.177	6.296.548	31.258.991
Realização ajuste de variação patrimonial	-	(118.329)	118.329	-
Déficit do exercício	-	-	(182.727)	(182.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	20.229.266	4.614.848	6.232.150	31.076.264
Realização ajuste de variação patrimonial	-	(118.329)	118.329	-
Superávit do exercício	-	-	1.198.652	1.198.652
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.229.266	4.496.518	7.549.132	32.274.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Reais)

	2010	2009 (reapresentado)
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.198.652	(182.727)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas com a internacionalização do depto. de contabilidade e atuária da FEA/USP	66.698	301.046
Depreciação e amortização	570.232	925.110
Outras obrigações no exigível a longo prazo	(1.725.547)	13.191.867
Ganho na variação de propriedades para investimento	(1.522.418)	950.000
Reversão de provisões tributárias	(234.277)	(4.893.485)
Variações no ativo circulante		
Aumento (redução) nas aplicações financeiras vinculadas	-	6.375.781
Aumento (redução) em outras variações no ativo circulante	(7.531)	30.729
Variações no passivo circulante		
Aumento (redução) no passivo circulante	(95.059)	(301.205)
Variações no ativo não circulante		
Aumento dos depósitos judiciais	(1.794.554)	(518.508)
Aumento (redução) do fundo de internacionalização do depto. de contabilidade e atuária da FEA/USP e outras variações no realizável a longo prazo	2.258.295	(410.663)
Variações no passivo não circulante		
Aumento (redução) das provisões para riscos fiscais	864.529	926.368
Total das atividades operacionais	<u>(420.980)</u>	<u>16.394.313</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	<u>(459.977)</u>	<u>(18.621.227)</u>
Total das atividades de investimento	<u>(459.977)</u>	<u>(18.621.227)</u>
Variação líquida de caixa	(880.957)	(2.226.914)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	<u>2.107.758</u>	<u>4.334.672</u>
Caixa mais equivalentes de caixa finais	<u><u>1.226.116</u></u>	<u><u>2.107.758</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em Reais)

	2010	2009 (reapresentado)
Receitas		
Receitas de serviços	21.888.635	17.738.236
Receitas de aluguéis	1.378.238	-
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimentos	1.522.418	(950.000)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	<u>103.583</u>	<u>21.668</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(13.670.582)	(13.032.569)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.797.894)	(2.390.219)
Valor adicionado bruto	7.424.398	1.387.116
Depreciação e amortização	<u>(570.232)</u>	<u>(925.110)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	6.854.166	462.006
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas (despesas) financeiras	(1.601.438)	400.978
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.252.728</u>	<u>862.984</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>4.861.594</u>	<u>657.348</u>
Empregados		
Remuneração direta	2.241.200	2.521.446
Benefícios	617.306	756.816
FGTS	228.111	181.413
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	576.325	(3.500.377)
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	-	880.777
Remuneração de capitais próprios		
Superávit (déficit) do exercício	1.198.652	(182.727)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - **FIPECAFI** é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e funciona na qualidade de órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP e tem por objetivos fundamentais:

- a. Prestar serviços e realizar pesquisas que atendam às necessidades dos setores público e privado, permitindo, simultaneamente, o treinamento de pessoal especializado.
- b. Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem à melhoria do ensino da Contabilidade, Finanças e Atuária, contribuindo para o aperfeiçoamento dos que trabalham em diversos setores da comunidade.
- c. Promover a divulgação de conhecimentos contábeis, financeiros e atuariais por intermédio de publicações técnicas, periódicos, livros, monografias e outros.
- d. Colaborar na organização de Cursos de Pós-Graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária da USP e de outras instituições, públicas ou privadas, bem como programas de graduação em Ciências Contábeis e Atuariais.
- e. Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores, colaborando assim, na preparação de recursos humanos para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas.

Há uma vocação da **FIPECAFI** para algumas áreas em termos de produção acadêmica em decorrência da disponibilidade de corpo docente. A Área de Concentração em Controladoria e Contabilidade, por exemplo, foi estruturada em quatro linhas de pesquisa: Controladoria e Contabilidade Gerencial; Contabilidade aplicada para Usuários Externos; Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais; Educação e Pesquisa em Contabilidade.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

A **FIPECAFI** disponibiliza uma grade de cursos de pós-graduação *lato sensu* para o universo da Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária e Finanças. Reconhecidos pelo MEC - Ministério da Educação, os MBA FIPECAFI distinguem-se pela abordagem de temas específicos, dentro das áreas de negócios, alguns de caráter único. São ministrados por professores doutores da FEA/USP, docentes convidados de outras Instituições de Educação Superior - IES e executivos renomados em suas áreas de atuação.

O Programa de Educação Executiva da **FIPECAFI** oferece cursos de curta duração para executivos, empreendedores, consultores, pesquisadores e estudantes de, Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária e Finanças. Esse Programa distingue-se pela abordagem de temas específicos dentro das áreas de negócios, com vistas à tomada de decisão.

Os cursos de Educação na área de negócios da **FIPECAFI** eLearning abordam temas relevantes em Contabilidade e Finanças no contexto atual. Eles levam inovação e praticidade às aulas, associando tecnologia a um atendimento educacional personalizado, dinamizando a relação de tempo e espaço sem perder o aspecto humano da aprendizagem.

A FIPECAFI não tem função reguladora.

2 Base de preparação

Demonstrações contábeis

A Fundação optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2009 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na lei 11.941/2009). As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159/09, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra superávits e déficits acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram mensuradas e registradas pela Fundação com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Curador em 29 de abril de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8 - classificação de propriedade para investimento

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 12 - Provisões para perdas fiscais e outros valores
- Nota 3h (iii) e 7 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as novas normas brasileiras de contabilidade, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, quando não reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a FIPECAFI gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

A Fundação optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Nota 9).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

iii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Fundação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	A partir de 01/01/2009	Até 01/01/2009
Imóveis	2,5	4
Computadores e periféricos	20	20
Móveis e utensílios	10	10
Máquinas e equipamentos	10	10

A Administração revisou as taxas acima mencionadas e, exceto para os imóveis, decidiu por mantê-las para os outros ativos existentes, dada sua imaterialidade.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros. Os seguintes critérios são aplicados:

- (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- (ii) Os ativos intangíveis com vida útil definida (direito de uso de *softwares*) são amortizados pelo prazo de 5 anos, e o de vida útil indefinida (marcas e patentes) têm o seu valor recuperável testado, anualmente.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

d. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento a cada doze meses. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, pelos quais uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em transação sob condições normais de mercado.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Fundação não identificou indicadores que justificassem a constituição de provisão sobre seus ativos.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita operacional

i. Receita de serviços

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos serviços foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

ii. Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

iii. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos imobiliários.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

h. Ativos circulante e não circulante

i. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

ii. Fundo de pesquisas - Resolução 01/2003 - Conselho Curador

Recursos fixados e direcionados pelo Conselho Curador ao Fundo de Pesquisas no desenvolvimento de atividades educacionais e estatutárias da Fundação. O Fundo é atualizado mensalmente levando-se em conta as taxas médias de rendimento das aplicações financeiras (Nota 04).

iii. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes.

iv. Adiantamento a terceiros e outros créditos

Valores adiantados a prestadores de serviços por conta de entrega futura de serviços à Fundação e outros créditos.

v. Estoques

Representados por materiais de consumo, avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Tais materiais são utilizados para manutenção das atividades administrativas e de cursos.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

vi. Fundo para Internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP

Refere-se a recursos financeiros a serem destinados, exclusivamente, ao Projeto de Internacionalização dos Docentes e Pesquisadores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo.

i. Passivos circulante e não circulante

i. Salários, encargos e impostos a recolher

A Fundação, com base no parecer de sua assessoria jurídica e por se considerar uma entidade que atende aos requisitos constitucionais que lhe conferem a condição de imunidade, impetrou em 20 de fevereiro de 1998, Mandado de Segurança e obteve liminar que impede a autoridade fiscal de contestar o direito que julga gozar com relação a não incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre os superávits apurados. Sendo assim, tal rubrica contempla apenas os valores de encargos sociais incidentes sobre a folha de salários e os impostos federais e municipais retidos na fonte dos prestadores de serviços.

ii. Férias a pagar

Constituída com base nos períodos vencidos e proporcionais, incluindo os respectivos encargos sociais.

iii. Serviços prestados a pagar

Referem-se a serviços prestados por terceiros em cursos, projetos e consultorias.

iv. Adiantamento de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente para prestação futura de serviços e está composto por adiantamentos recebidos de clientes (alunos, empresas e outras entidades).

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

v. Mútuo

Em 01 de outubro de 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI celebrou Contrato de Mútuo com Instituto Brasileiro de pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - IPECAFI, visando o suprimento de caixa, a título de empréstimo, para efeito de gastos com pessoal e outros gastos de suas atividades. A taxa de juros celebrada foi de 1% a.m. com vencimento em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, a FIPECAFI decidiu antecipar essa quitação efetuando o pagamento do valor principal, acrescido dos juros devidos até a data da efetiva liquidação que foi 20 de setembro de 2010.

j. Benefícios concedidos a empregados

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados: assistência médica, vale alimentação, plano odontológico, estacionamento, vale-transporte ou ônibus fretado, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino que não a FIPECAFI.

Quanto aos cursos ministrados pela FIPECAFI, o subsídio é de 80%.

A Fundação não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós emprego com seus empregados.

k. Demonstrações de valor adicionado

A Fundação elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP.

l. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

4 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

A FIPECAFI, por intermédio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Conselho Fiscal supervisiona a maneira pela qual a administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Fundação e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Fundação.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surge principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A Fundação possui política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Fundação serem oferecidos. A análise inclui avaliações externas.

A Fundação estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes dessa provisão são riscos significativos individuais.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

De forma geral, a Fundação garante que possui recursos disponíveis suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 210 dias, incluindo o cumprimento de obrigações contábeis; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros nos ganhos da Fundação ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação além de buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	1.226.116	37.080	517.014
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>2.070.678</u>	<u>3.817.658</u>
Total	<u>1.226.116</u>	<u>2.107.758</u>	<u>4.334.672</u>

As aplicações financeiras e os outros investimentos da Fundação tiveram taxas nominais médias de rentabilidade de 0,75% a.m. em 2010 e de 0,72% a.m. em 2009.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

6 Outros Investimentos

	2010	2009	01/01/2009
Fundo de Pesquisas - Resolução nº 01/2003 (veja Nota Explicativa 3 h)	1.725.768	1.621.777	1.488.611
Carta de fiança (a)	-	-	6.375.781
Fundo de Internacionalização do EAC (b)	<u>5.099.364</u>	<u>7.170.659</u>	<u>7.413.357</u>
Total	<u>6.825.132</u>	<u>8.792.436</u>	<u>15.277.749</u>
Circulante	<u>2.260.768</u>	<u>1.969.777</u>	<u>1.608.611</u>
Não circulante	<u>4.564.364</u>	<u>6.822.659</u>	<u>7.293.357</u>

Abaixo segue composição por tipo de aplicação para esses outros investimentos:

Instituição	Tipo de aplicação	2010	2009	01/01/2009
	CDB/RDB e Fundos de Renda Fixa:			
Banco Santander (Brasil) S.A.	Fundo FIC FI Performance Multimercado	13.451	135.302	53.036
Banco Itaú-Unibanco S.A.	Fundo Empresas RF	-	-	293.467
Banco do Brasil S.A.	Fundo BB R. Fixa LP 50 Mil	-	-	11.115
Banco CEF S.A.	Fundo FIC LP Personal	-	-	2.808.957
Banco Nossa Caixa S.A.	Fundo DRA - CDB	-	-	511.717
Banco Itaú-Unibanco S.A. - Private	Fundo Exclusive Referencial DI	1.058.345	6.263.350	4.790.927
Banco Santander (Brasil) S.A.	Fundo DI Priority	3.134.942	2.393.784	6.375.781
Banco Bradesco S.A.	FIC FI Refer. DI Platinum	<u>2.618.394</u>	-	<u>432.749</u>
		<u>6.825.132</u>	<u>8.792.436</u>	<u>15.277.749</u>

As aplicações financeiras e os outros investimentos da Fundação tiveram taxas nominais médias de rentabilidade de 0,75% a.m. em 2010 e de 0,72% a.m. em 2009.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- a.** A Fundação possui débitos inscritos na Dívida Ativa do Município de São Paulo, que vêm sendo discutidos judicialmente. Esses débitos, de acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, constituem-se em óbice à obtenção da certidão de regularidade fiscal junto ao município citado. Como condição para a emissão dessa certidão, o MM. Juízo do Ofício das Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo decidiu que a Fundação deveria obter uma garantia equivalente ao valor dos débitos inscritos para servir de garantia pecuniária. Sendo assim, no ano de 2006 a Fundação obteve junto ao Banco Santander (Brasil) S/A a garantia exigida. A garantia foi feita através de duas cartas de fiança com prazo determinado, iniciando-se em 21 de dezembro de 2006 e extinguindo-se em 11 de dezembro de 2009, ou seja, com prazo de 355 dias. Entretanto, durante o exercício de 2009, a Prefeitura do Município de São Paulo pleiteou que os termos da referida carta fossem alterados. O MM. Juízo do Ofício das Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo aceitou tal pleito e a Fundação renegociou os termos da carta junto ao Banco Santander (Brasil) S/A. Dessa forma, a partir do dia 18 de outubro de 2009, a carta de fiança passou a vigorar com prazo indeterminado. A fiança está sendo atualizada mensalmente pelo IPCA - Índices de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE e acrescida de juros moratórios de 1% a.m. desde a data de sua emissão. Durante o exercício de 2009 a FIPECAFI negociou as condições com o Banco Santander (Brasil) S/A, de tal forma a não haver a necessidade de se manter o mesmo valor de aplicação na referida Instituição.
- b.** Referem-se a recursos financeiros fixados e destinados pelo Conselho Curador, em reunião realizada em 17 de agosto de 2005, com vistas ao Projeto de Internacionalização dos Docentes e Pesquisadores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo. Mensalmente, os recursos destinados são atualizados pelas taxas médias de rendimento das aplicações financeiras. O presente Projeto prevê as seguintes atividades básicas:
- Intercâmbio de professores com universidades do exterior;
 - Participação de professores em eventos internacionais na apresentação de trabalhos;
 - Obtenção do grau de Doutorado e Pós-Doutorado no exterior para os docentes;
 - Participação em projetos com parceiros internacionais;
 - Publicações em revistas internacionais; e
 - Demais atividades necessárias à internacionalização do Depto. de Contabilidade e Atuária.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes	2.011.857	2.308.113	1.887.926
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(287.551)</u>	<u>(183.968)</u>	<u>(162.030)</u>
	<u>1.724.306</u>	<u>2.124.145</u>	<u>1.725.896</u>

A Administração entende que o saldo de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as reais perdas na realização de seu contas a receber com clientes.

8 Propriedades para investimento

Consistentes com as políticas contábeis, as propriedades para investimento foram reconhecidas pelo valor justo na data de transição.

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 2 anos. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário. Nenhum aluguel contingente é cobrado. Um imóvel foi transferido do ativo imobilizado para propriedade para investimento (ver nota explicativa 9), uma vez que o edifício não era mais utilizado pela Fundação, sendo decidido que este seria arrendado a um terceiro.

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	-
Transferência de ativo imobilizado	9.830.000
Mudança no valor justo	<u>(950.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.880.000
Transferência de ativo imobilizado	48.952
Mudança no valor justo	<u>1.471.048</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>10.400.000</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

9 Imobilizado

Movimentação do imobilizado de 31/12/2009 a 31/12/2010

	31/12/2009		Transferência para propriedade para investimento	31/12/2010
	Custo (reapresentado)	Adições		Custo
Terrenos	6.010.001	-	-	6.010.001
Imóveis	13.016.046	231.499	-	13.247.545
Instalações	76.278	-	(76.278)	-
Computadores e periféricos	1.980.641	141.037	-	2.121.678
Móveis e utensílios	1.028.815	38.388	-	1.067.203
Máquinas e equipamentos	989.436	49.053	-	1.038.489
	<u>23.101.217</u>	<u>459.977</u>	<u>(76.278)</u>	<u>23.484.916</u>
Depreciação	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferência para propriedade para investimento	Saldo em 31/12/2010
Imóveis	(80.875)	(242.626)	-	(323.501)
Móveis e utensílios	(954.407)	(90.459)	-	(1.044.866)
Máquinas e equipamentos	(681.694)	(105.038)	-	(786.732)
Instalações	(27.326)	-	27.326	-
Computadores e acessórios	<u>(1.991.382)</u>	<u>(130.296)</u>	<u>-</u>	<u>(2.121.678)</u>
Total	<u>(3.735.684)</u>	<u>(568.419)</u>	<u>27.326</u>	<u>(4.276.777)</u>
Saldo líquido	<u>19.365.533</u>	<u>(108.442)</u>	<u>(48.952)</u>	<u>19.208.139</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Movimentação do imobilizado de 01/01/2009 a 31/12/2009

Custo	01/01/2009 Custo (reapresentado)	Adições	Transferência para propriedade para investimento	31/12/2009 Custo
Terrenos	3.061.165	6.010.000	(3.061.164)	6.010.001
Imóveis	8.005.847	13.016.046	(8.005.847)	13.016.046
Instalações	76.278	-	-	76.278
Computadores e periféricos	1.960.689	19.952	-	1.980.641
Móveis e utensílios	922.971	105.844	-	1.028.815
Máquinas e equipamentos	824.021	165.415	-	989.436
	<u>14.850.971</u>	<u>19.317.257</u>	<u>(11.067.011)</u>	<u>23.101.217</u>
Depreciação	Saldo em 01/01/2009	Adições	Transferência para propriedade para investimento	Saldo em 31/12/2009
Imóveis	(1.237.011)	(80.875)	1.237.011	(80.875)
Móveis e utensílios	(863.615)	(90.792)	-	(954.407)
Máquinas e equipamentos	(588.144)	(93.550)	-	(681.694)
Instalações	(9.796)	(17.530)	-	(27.326)
Computadores e acessórios	<u>(1.823.493)</u>	<u>(167.889)</u>	<u>-</u>	<u>(1.991.382)</u>
Total	<u>(4.522.059)</u>	<u>(450.636)</u>	<u>1.237.011</u>	<u>(3.735.684)</u>
Saldo líquido	<u>10.328.912</u>	<u>18.866.621</u>	<u>(9.830.000)</u>	<u>19.365.533</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

a. *Custo atribuído (Deemed Cost)*

A Fundação optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados.

Os imóveis foram avaliados por perito, que efetuou inspeção física, com a finalidade de verificar suas características físicas e o estado de conservação. Os seguintes fatores foram considerados na formação de valores:

- O melhor uso do imóvel;
- Localização, tamanho e utilização do imóvel;
- Preço de venda de imóveis na região geo-econômica, e
- Estado de conservação e padrão construtivo.

Os procedimentos técnicos empregados no laudo estão de acordo com as normas do I.B.A.P.E. - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da N.B.R. 14.653 - 2 - Avaliação de Imóveis Urbanos da A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão de vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.258.390	3.838.433	5.096.823
Ajustes de adoção do custo atribuído	<u>1.802.775</u>	<u>2.930.402</u>	<u>4.733.177</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	<u>3.061.165</u>	<u>6.768.835</u>	<u>9.830.000</u>

O patrimônio social foi aumentado em R\$ 4.733.177 correspondente ao custo atribuído, apurado no laudo e foi contabilizado em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Patrimônio Social) e o seu consumo está sendo realizado mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio social.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas datado de 31 de janeiro de 2011 foi aprovado pelo Conselho Curador em 29 de abril de 2011.

b. Transferências

As transferências efetuadas foram para a conta de propriedades para investimento e incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros, veja detalhes na Nota Explicativa nº 8.

10 Serviços prestados a pagar

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Projetos	-	230.049	232.920
Consultorias	794.673	864.918	1.020.013
Cursos	<u>245.560</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.040.233</u>	<u>1.094.967</u>	<u>1.252.933</u>

11 Depósito judicial e outros valores a recuperar

O valor apresentado nessa conta no balanço patrimonial refere-se ao saldo registrado em depósitos judiciais e outros créditos como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
INSS	949.003	868.965	848.890
COFINS	21.451.677	19.694.195	18.320.730
ISS - SMS	441.408	417.387	400.493
ISS - 2000	1.147.357	1.081.553	1.038.301
ISS - Obrigações Acessórias	73.091	68.899	66.143
ISS - Distrito Federal	1.146.009	1.080.282	1.036.780
Trabalhistas	<u>5.112</u>	<u>-</u>	<u>14.800,00</u>
	<u>25.213.657</u>	<u>23.211.281</u>	<u>21.726.137</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

As explicações sobre esses depósitos estão descritas na nota 12, provisão para perdas fiscais e outros valores.

12 Provisões para perdas fiscais e outros valores

A Fundação possui processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

	31/12/2010	31/12/09	01/01/09
Tributárias			
Federais:			
INSS	824.493	754.957	848.890
COFINS	15.668.971	14.973.030	18.372.407
Municipais:			
ISS - Distrito Federal	1.146.009	1.080.282	1.036.780
ISS - SMS	441.408	417.387	400.493
ISS - Obrigações Acessórias	73.091	68.899	66.143
Trabalhistas	<u>5.112</u>	<u>-</u>	<u>68.189</u>
	<u>18.159.084</u>	<u>17.294.555</u>	<u>20.792.902</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Movimentação dos processos

	01/01/2009	31/12/2009			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversões	Pagamentos	Saldo Final
Tributárias					
Federais:					
INSS	848.890	20.075	(114.008)	-	754.957
COFINS	18.372.407	1.380.100	(4.779.477)	-	14.973.030
Municipais:					
ISS - Distrito Federal	1.036.780	43.502	-	-	1.080.282
ISS - SMS	400.493	16.894	-	-	417.387
ISS - Obrigações Acessórias	66.143	2.756	-	-	68.899
Trabalhistas	68.189	-	-	(68.189)	-
	<u>20.792.902</u>	<u>1.463.327</u>	<u>(4.893.485)</u>	<u>(68.189)</u>	<u>17.294.555</u>
	31/12/2009	31/12/2010			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversões		Saldo Final
Tributárias					
Federais:					
INSS	754.957	80.037	(10.501)		824.493
COFINS	14.973.030	919.717	(223.776)		15.668.971
Municipais:					
ISS - Distrito Federal	1.080.282	65.727	-		1.146.009
ISS - SMS	417.387	24.021	-		441.408
ISS - Obrigações Acessórias	68.899	4.192	-		73.091
Trabalhistas	-	5.112	-		5.112
	<u>17.294.555</u>	<u>1.098.806</u>	<u>(234.277)</u>		<u>18.159.084</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

INSS - Em agosto de 1995, em procedimento de fiscalização, o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 anos não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Como consequência desta decisão, o INSS emitiu notificação de recolhimento complementar contra a FIPECAFI, que a contesta judicialmente, tendo efetuado, originalmente, depósito judicial do valor questionado junto à CEF - Caixa Econômica Federal e contabilizado a respectiva provisão passiva. Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo decidiu por extinguir os supostos débitos relativos ao período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989. Em face a essa decisão, a Administração decidiu reverter o valor provisionado correspondente ao período acima mencionado. Em 26 de novembro de 2009, a quantia depositada foi transferida da conta junto à CEF - Caixa Econômica Federal para a Fazenda Nacional sendo, a partir da referida data, corrigida pela variação mensal da Selic. O INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social recorreu da decisão estando os autos aguardando julgamento.

COFINS - Em 1999, a FIPECAFI ingressou com uma Ação Ordinária contra a cobrança da COFINS, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial. A partir de 1994, até a presente data, a FIPECAFI vem depositando judicialmente e contabilizando a provisão passiva. No ano de 2009 a FIPECAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu reverter a provisão constituída a partir de fevereiro de 1999. Tal decisão baseia-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14. Os Autos estão conclusos para sentença.

ISS 2000 a 2010 - Em resposta ao processo de renovação de cadastro de imunidade para o exercício de 2000, a Divisão de Serviços Especiais da Prefeitura do Município de São Paulo acatou como imunes os cursos ministrados pela FIPECAFI, não incidindo sobre essa receita o Imposto Sobre Serviços (ISS).

No entanto, tal instrumento não reconheceu a atividade de consultoria como imune àquele imposto, modificando a decisão tomada em anos anteriores. A FIPECAFI ingressou com um Mandado de Segurança contra a cobrança do ISS referente ao ano de 2000 e obteve liminar autorizando o depósito judicial do valor do débito. A contribuição daquele ano foi provisionada e depositada judicialmente. Os autos estão aguardando julgamento da apelação no 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Em 18 de junho de 2002 teve início fiscalização da Prefeitura do Município de São Paulo, examinando o período de 1 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2001. A referida fiscalização foi concluída em 11 de novembro de 2002, sem apuração de irregularidades, não ocasionando nenhum Auto de Infração.

Em 8 de julho de 2003, a Comissão Permanente de Revisão - CPR tornou sem efeito o termo de encerramento da fiscalização e reabriu a citada ação fiscal. Diante disso, a Administração da Fundação resolveu constituir, para os anos de 2001 a 2007, uma provisão para eventual cobrança de ISS.

Entretanto, durante o exercício de 2007, os assessores jurídicos da Fundação classificaram a chance de perda concernente às lides do ISS como possível. Sendo assim, a Administração da FIPECAFI decidiu pelo estorno dos valores constituídos em virtude do tributo citado gerando um efeito positivo na demonstração de superávit daquele ano.

ISS do Distrito Federal - A FIPECAFI detém liminar que impede o pleito do Governo do Distrito Federal de cobrar ISS sobre a receita dos serviços de consultoria prestados naquela localidade. A Entidade vem provisionando o valor do imposto pleiteado e aguarda o julgamento do mérito da ação. O valor provisionado, devidamente atualizado, está registrado na rubrica de passivo não circulante (exigível a longo prazo). Os autos foram remetidos à Procuradoria Geral da República para emissão de parecer sobre o caso.

ISS a recuperar - A Entidade mantém contrato de prestação de serviços de consultoria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo que efetuou um desconto em cada pagamento do equivalente a 5% a título de ISS. O valor descontado foi transferido de contas a receber para a rubrica de ativo não circulante “realizável a longo prazo”. Além disso, foi constituída uma provisão no passivo não circulante “exigível a longo prazo”. Em 24 de março de 2005, a Fundação, por meio de seus assessores jurídicos, apresentou pedido administrativo de restituição do valor descontado, fundamentada na sua imunidade tributária. O pedido aguarda decisão final administrativa.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Riscos possíveis

Municipais - Na esfera municipal, como durante o exercício de 2009 os assessores jurídicos da Fundação classificaram a chance de perda concernente às lides do ISS como possível. A Fundação estima que os valores atualizados do ISS referentes aos exercícios de 2000 a 2010 sejam de R\$ 9.710.826.

Federais - No âmbito federal, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 16.285.853 para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	11.193.326
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.427.867
PIS/PASEP	<u>1.664.660</u>
	<u>16.285.853</u>

Em 3 de fevereiro de 2003, a Secretaria da Receita Federal expediu Ato Declaratório nº 18 que determinou a suspensão da imunidade tributária da Fundação, relativamente ao exercício de 1998. Baseado nesse ato declaratório, a Secretaria da Receita Federal lavrou Auto de Infração datado de 18 de novembro de 2003. Os valores mencionados no Auto de Infração, atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, constam no quadro acima.

Em 30 de dezembro de 2003, foi apresentada impugnação, por meio da qual foi requerida a declaração de nulidade e consequente extinção do Auto de Infração.

A Administração da Fundação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerou desnecessário constituir qualquer provisão para riscos fiscais, pois entende que o risco de perda é possível para os valores relacionados ao IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e remota para os valores relacionados ao PIS/PASEP.

Em 26 de agosto de 2009, a secretaria da Quarta Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, decidiu, por maioria de votos, manter os efeitos do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 18/2003 anulando os Autos de Infração impostos à FIPECAFI por meio do Acórdão nº 1402-00.132.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

A PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional recorreu da decisão, por meio de embargos declaratórios. Referidos embargos foram rejeitados e, considerando o atual entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF sobre a matéria, a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional decidiu não recorrer dessa decisão.

A Fundação não possui qualquer processo envolvendo riscos ambientais em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

13 Financiamento imobiliário

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banco Itau	-	13.565.504	-
Banco Bradesco	<u>12.723.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.723.169</u>	<u>13.565.504</u>	<u>-</u>
Circulante	(1.139.218)	(1.214.112)	-
Não circulante	(11.583.951)	(12.351.392)	-

Em 30 de julho de 2009, a FIPECAFI firmou contrato de financiamento imobiliário junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. no montante de R\$ 14.055.765.

Sobre o principal da dívida incidiam juros de 13,10% a.a. mais a variação anual da TR - Taxa Referencial.

A amortização do principal seria paga em 144 prestações mensais, entre 30 de agosto de 2010 e 30 de julho de 2021.

A principal garantia deste contrato de financiamento era a manutenção de aplicação financeira junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. no equivalente a 60,16% do saldo devedor.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Em 28 de maio de 2010, a FIPECAFI procedeu com a portabilidade desse financiamento passando essa operação para o Banco Bradesco S.A.. O saldo devedor naquela data totalizava R\$ 13.334.820. Sobre o principal da dívida incidiam juros de 12,6% a.a. mais a variação anual da TR - Taxa Referencial.

A amortização do principal foi parcelada em 140 prestações mensais, iniciadas em 28 de junho de 2010 e a serem concluídas em 28 de julho de 2022.

Referida operação proporcionou à Fundação redução nos juros incidentes, bem como a eliminação da necessidade de se manter aplicação vinculada junto ao Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo devedor totalizava R\$ 12.723.169, a ser pago em 133 parcelas de R\$ 95.663.

14 Patrimônio social

O Patrimônio da Fundação foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 01 de agosto de 1974. Nos demais exercícios, parte do superávit foi destinado ao patrimônio, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

15 Receita operacional

	2010	2009 (reapresentado)
Receita operacional bruta	21.888.635	17.738.236
Dedução da receita bruta		
Impostos incidentes sobre a receita	_____ -	(<u>536.961</u>)
Receita operacional líquida	<u>21.888.635</u>	<u>17.201.275</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

16 Receitas de aluguéis

	2010	2009 (reapresentado)
Aluguel de imóveis	878.297	-
Aluguel de salas "Espaço Maestro"	<u>499.941</u>	<u>-</u>
	<u>1.378.238</u>	<u>-</u>

A FIPECAFI possui diversas salas de aula em sua sede que são utilizadas em seus cursos regulares. Quando há ociosidade nessas salas, referidos espaços são locados para terceiros e classificados na rubrica "Espaço Maestro".

17 Resultado financeiro

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros em empréstimos e financiamentos	(1.693.570)	(715.067)
Outros	<u>(781.491)</u>	<u>(399.671)</u>
	<u>(2.475.061)</u>	<u>(1.114.738)</u>
Receitas financeiras		
Juros	874	690
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>872.749</u>	<u>1.515.026</u>
	<u>873.623</u>	<u>1.515.716</u>
	<u>(1.601.438)</u>	<u>400.978</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

18 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2010	2009
Incêndio, explosão e fumaça	19.350.000	19.350.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Vendavalou fumaça sem impacto de veículos	350.000	350.000
Vidros	80.000	80.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	5.000	5.000
Recomposição de registros e documentos e tumultos	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Total	<u>21.245.000</u>	<u>21.245.000</u>

19 Instrumentos financeiros

a. Risco de crédito

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	1.226.116	2.107.758	4.334.672
Outros investimentos	6.825.132	8.792.436	15.277.749
Contas a receber de clientes	1.724.306	2.124.145	1.725.896
Adiantamento a terceiros e outros créditos	<u>410.380</u>	<u>300.219</u>	<u>913.211</u>
Total	<u>10.185.934</u>	<u>13.324.558</u>	<u>15.875.747</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação, tanto com terceiros. A Fundação possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Fundação somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco e aplicações em títulos de renda fixa.

Contas a receber de clientes - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento onde os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas.

b. Risco de liquidez

31/12/2010						
Passivos financeiros não Derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	137.910	137.910	-	-	-	-
Salários, encargos e impostos a recolher	185.530	185.530	-	-	-	-
Serviços prestados a pagar	1.040.233	1.040.233	-	-	-	-
Financiamentos imobiliário (CP e LP)	<u>12.723.169</u>	<u>573.978</u>	<u>573.978</u>	<u>1.147.956</u>	<u>1.147.956</u>	<u>9.279.301</u>
Total	<u>14.086.842</u>	<u>1.937.651</u>	<u>573.978</u>	<u>1.147.956</u>	<u>1.147.956</u>	<u>9.279.301</u>

31/12/2009 (ajustado)						
Passivos financeiros não Derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	123.388	123.388	-	-	-	-
Salários, encargos e impostos a recolher	131.169	131.169	-	-	-	-
Serviços prestados a pagar	1.094.967	1.094.967	-	-	-	-
Financiamentos imobiliário (CP e LP)	<u>13.565.504</u>	<u>581.378</u>	<u>581.378</u>	<u>1.162.757</u>	<u>1.162.757</u>	<u>10.072.234</u>
Total	<u>14.915.028</u>	<u>1.930.902</u>	<u>581.378</u>	<u>1.162.757</u>	<u>1.162.757</u>	<u>10.072.234</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

01/01/2009 (ajustado)	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores	173.194	173.194	-	-	-	-
Salários, encargos e impostos a recolher	134.199	134.199	-	-	-	-
Serviços prestados a pagar	1.252.933	1.252.933	-	-	-	-
Financiamentos imobiliário (CP e LP)	-	-	-	-	-	-
Total	<u>1.560.326</u>	<u>1.560.326</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

c. Risco de mercado

O principal risco de mercado que pode afetar a Fundação é a variação nas taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	01/01/2009 (ajustado)
Ativos financeiros			
Fundo para internacionalização de contabilidade e atuária da FEA/ USP (CP e LP)	5.099.364	7.170.659	7.412.357
Fundo de pesquisas	1.725.768	1.621.777	1.488.611
Passivos financeiros			
(-) Financiamentos imobiliário (CP e LP)	<u>(12.723.169)</u>	<u>(13.565.504)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(5.898.037)</u>	<u>(4.773.068)</u>	<u>8.900.968</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$ 5.898.037.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2010, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 12,24% cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 10,64% verificada no ano de 2010.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2010	10,64%	10,64%	10,64%
Dívida líquida	5.898.037	5.898.037	5.898.037
Taxa anual estimada do CDI	12,24%	15,30%	18,36%
Efeito no instrumento financeiro:			
Diminuição	94.369	274.849	455.328

d. Risco operacional

A administração da Fundação visa através da reestruturação do seu planejamento operacional, no qual tem o objetivo de minimizar os custos, reverter o quadro atual da dívida em relação ao patrimônio líquido.

A dívida da Fundação em relação ao patrimônio social ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	01/01/2009 (ajustado)
Total do passivo	33.025.131	33.982.219	23.258.161
(-) Caixa e equivalência de caixa	1.226.116	2.107.758	4.334.672
(-) Aplicações financeiras	6.825.132	8.792.436	8.901.968
Dívida líquida (A)	<u>24.973.883</u>	<u>23.082.025</u>	<u>10.021.521</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>32.275.716</u>	<u>31.077.064</u>	<u>31.258.991</u>
(=)Relação dívida líquida sobre capital em 31 dezembro (A/B)	0,77	0,74	0,32

e. Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Baseado nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e;

Nível 3 - Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Fundação possui somente ativos e passivos financeiros de nível 2.

20 Adoção inicial das novas normas de contabilidade

Como mencionado na nota explicativa nº 02, estas são as primeiras demonstrações contábeis da Fundação preparadas de acordo com CPC's.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 03 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição contábil em 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Na preparação de suas demonstrações contábeis de abertura em CPC, a Fundação ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

A aplicação destas novas normas impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação.

1 - Ajustes em 1 de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente apresentado	Efeitos da transição para BRGAAP		Após a adoção das novas normas
		Ajustes	Reclassificações	
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	2.336.874		1.997.798 (e)	4.334.672
Outros investimentos	7.864.392		120.000 (e)	7.984.392
Outros ativos	<u>2.749.891</u>			<u>2.749.891</u>
	<u>12.951.157</u>			<u>15.068.955</u>
Não Circulante				
Outros investimentos	9.411.180		(2.117.823) (e)	7.293.357
Investimentos	832		24 (e)	856
Depósito judicial e outros valores a recuperar	1.038.301		20.687.836 (f)	21.726.137
Imobilizado	5.595.735	4.733.177 (a)		10.328.912
Intangível	<u>99.399</u>		1 (e)	<u>99.400</u>
	<u>16.145.447</u>			<u>39.448.662</u>
Total do ativo	<u><u>29.096.604</u></u>	<u>4.733.177 (a)</u>	<u>20.687.836 (f)</u>	<u><u>54.517.617</u></u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

	Anteriormente apresentado	Efeitos da transição para BRGAAP		Após a adoção das novas normas
		Ajustes	Reclassificações	
Passivo				
Circulante	<u>2.465.724</u>			<u>2.465.724</u>
Não Circulante				
Provisão para perdas fiscais e outros valores	<u>105.066</u>		20.687.836 (f)	<u>20.792.902</u>
Patrimônio social	<u>26.525.814</u>	4.733.177 (a)		<u>31.258.991</u>
Total do passivo	<u><u>29.096.604</u></u>	4.733.177 (a)	20.687.836 (f)	<u><u>54.517.617</u></u>

2 - Ajustes em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente apresentado	Efeitos da transição para o BRGAAP		Após a adoção das novas normas
		Ajustes	Reclassificações	
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	37.104		2.070.654 (e)	2.107.758
Outros investimentos	1.621.777		348.000 (e)	1.969.777
Outros ativos	<u>2.585.531</u>			<u>2.585.531</u>
	<u>4.244.412</u>			<u>6.663.066</u>
Não Circulante				
Outros investimentos	9.241.337		(2.418.678) (e)	6.822.659
Investimentos	832		24 (e)	856
Depósito judicial e outros valores a recuperar	5.916.726		17.294.555 (f)	23.211.281
Propriedade para investimento	-	(950.000) (d)	9.830.000 (b)	8.880.000
Imobilizado	24.070.055	5.125.478 (a)	(9.830.000) (b)	19.365.533
Intangível	<u>115.203</u>			<u>115.203</u>
	<u>39.344.153</u>	4.175.478		<u>58.395.532</u>
Total do ativo	<u><u>43.588.565</u></u>			<u><u>65.058.598</u></u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

	Anteriormente apresentado	Efeitos da transição para o BRGAAP		Após a adoção das novas normas
		Ajustes	Reclassificações	
Passivo				
Circulante				
Outros passivos	2.164.054	115		2.164.169
Financiamento imobiliário	-		1.214.112 (g)	1.214.112
	<u>2.164.054</u>			<u>3.378.281</u>
Não Circulante				
Mútuo	958.106			958.106
Provisão para perdas fiscais e outros valores	0		17.294.555 (f)	17.294.555
Financiamento imobiliário	13.565.504		(1.214.112) (g)	12.351.392
	<u>14.523.610</u>			<u>30.604.053</u>
Patrimônio social	<u>26.900.901</u>	4.175.363		<u>31.076.264</u>
Total do passivo	<u>43.588.565</u>			<u>65.058.598</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

3 - Reconciliação da demonstração do déficit em 31 de dezembro de 2009

	Anteriorment e apresentado	Efeito de transição para BR GAAP	Após a adoção das novas normas
Receita operacional líquida	17.201.275	-	17.201.275
Custos dos serviços prestados	(14.419.796)	-	(14.419.796)
Resultado Bruto	2.781.479	-	2.781.479
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(7.701.320)	392.651 (c)	(7.308.669)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	400.978	-	400.978
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimento	-	(950.000) (d)	(950.000)
Reversão de provisões tributárias	<u>4.893.485</u>	<u>-</u>	<u>4.893.485</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>374.622</u>	<u>(557.349)</u>	<u>(182.727)</u>

- (a) Custo atribuído (deemed cost): A Fundação optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição, pelo custo atribuído daquela data. Veja detalhamento na nota 8.
- (b) Reclassificação de imóveis para propriedade para investimento, conforme descrito na nota explicativa 8; e
- (c) Revisão da vida útil e, portanto ajuste na despesa de depreciação, veja novas taxas na nota 3b;
- (d) Ganho na variação de propriedade para investimento;
- (e) Reclassificação entre aplicações financeiras curto e longo prazo para melhor apresentação;
- (f) Reclassificação entre depósitos judiciais e contingências, pois anteriormente os valores eram apresentados líquidos;

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

(g) Reclassificação entre curto e longo prazo de financiamento imobiliário.

21 Moeda de capacidade aquisitiva constante

O balanço patrimonial, as demonstrações de superávit (déficit), as mutações do patrimônio social, os fluxos de caixa e a DVA (informações suplementares) em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas abaixo:

- i. **Índice de atualização** - A atualização monetária do ativo permanente, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPC - FIPE, que foi de 6,41% em 2010 e 3,65% em 2009.
- ii. **Informações suplementares de 2009**- Os saldos das contas das informações suplementares de 2009, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2009.
- iii. **Contas patrimoniais** - Os ativos e passivos monetários das informações suplementares em 31 de dezembro de 2010 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPC-FIPE até 31 de dezembro de 2010.

- iv. **Contas de resultado**- Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPC-FIPE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

a. Balanço patrimonial

Ativo	2010	2009	01/01/2009
		(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	1.226.116	2.242.936	4.780.855
Outros investimentos	2.260.768	2.096.082	8.801.548
Contas a receber de clientes	1.724.306	2.260.349	1.903.538
Adiantamentos a terceiros e outros créditos	410.380	319.471	1.007.205
Estoques	<u>167.385</u>	<u>171.501</u>	<u>121.674</u>
	<u>5.788.955</u>	<u>7.090.339</u>	<u>16.614.820</u>
Não Circulante			
Outros investimentos	4.564.172	7.260.140	8.048.699
Investimentos	1.048	1.048	1.048
Depósito judicial e outros valores a recuperar	25.213.657	24.699.628	23.962.351
Propriedades para investimento	10.400.000	9.449.401	-
Imobilizado	21.447.732	21.627.032	12.215.887
Intangível	<u>195.937</u>	<u>186.959</u>	<u>169.218</u>
	<u>61.822.546</u>	<u>63.224.208</u>	<u>44.397.203</u>
Total do ativo	<u>67.611.501</u>	<u>70.314.547</u>	<u>61.012.023</u>
Passivo	2010	2009	01/01/2009
		(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	137.910	131.300	191.022
Salários, encargos e impostos a recolher	185.530	139.580	148.012
Férias a pagar	254.968	300.570	282.040
Contas a pagar	217.665	137.005	55.050
Serviços prestados a pagar	1.040.233	1.165.178	1.381.894
Adiantamento de clientes	306.572	429.184	660.985
Financiamento imobiliário	<u>1.139.218</u>	<u>1.291.963</u>	<u>-</u>
	<u>3.282.096</u>	<u>3.594.780</u>	<u>2.719.003</u>
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Mútuo	-	1.019.541	-
Provisão para perdas fiscais e outros valores	18.159.084	18.403.512	22.933.064
Financiamento imobiliário	<u>11.583.951</u>	<u>13.143.385</u>	<u>-</u>
	<u>29.743.035</u>	<u>32.566.438</u>	<u>22.933.064</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Passivo	2010	2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Patrimônio social			
Patrimônio social	31.025.182	31.025.182	31.025.182
Ajustes de avaliação patrimonial	2.835.724	2.910.348	2.984.973
Superávit acumulado	<u>725.464</u>	<u>217.800</u>	<u>1.349.801</u>
Total do passivo	<u>67.611.501</u>	<u>70.314.547</u>	<u>61.012.023</u>

b. Demonstração de superávit (déficit) do exercício

	2010	2009 (reapresentado)
Receita operacional líquida	22.158.114	18.517.650
Custos dos serviços prestados	<u>(15.919.706)</u>	<u>(15.675.051)</u>
Resultado bruto	<u>6.238.408</u>	<u>2.842.599</u>
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.993.829)	(7.908.399)
Receitas de aluguéis	834.538	-
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimento	1.518.020	(1.010.916)
Reversão de provisões tributárias	<u>229.160</u>	<u>5.216.455</u>
Superávit (déficit) antes das receitas e despesas financeiras	<u>1.826.297</u>	<u>(860.261)</u>
Receitas Financeiras	313.178	548.005
Despesas Financeiras	<u>(1.706.435)</u>	<u>(894.370)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>433.040</u>	<u>(1.206.626)</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

c. Demonstração da mutação do patrimônio social

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	31.025.182	-	1.349.801	32.374.983
Adoção inicial do CPC	_____ -	<u>2.984.973</u>	_____ -	<u>2.984.973</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	<u>31.025.182</u>	<u>2.984.973</u>	<u>1.349.801</u>	<u>35.359.956</u>
Realização ajuste de variação patrimonial	-	(74.624)	74.624	-
Superávit do exercício	_____ -	_____ -	<u>(1.206.626)</u>	<u>(1.206.626)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	<u>31.025.182</u>	<u>2.910.348</u>	<u>217.800</u>	<u>34.153.330</u>
Realização ajuste de variação patrimonial	-	(74.624)	74.624	-
Déficit do exercício	_____ -	_____ -	<u>433.040</u>	<u>433.040</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>31.025.182</u>	<u>2.835.724</u>	<u>725.464</u>	<u>34.586.370</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

d. Fluxo de caixa

	2010	2009 (reapresentado)
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	433.040	(1.206.626)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas com a internacionalização do depto. de contabilidade e atuária da FEA/USP	70.975	325.794
Depreciação e amortização	682.752	984.430
Outras obrigações no exigível a longo prazo	(2.578.975)	15.097.340
Ganho na variação de propriedades para investimento	(1.518.020)	1.010.916
Reversão de provisões tributárias	(229.160)	(5.216.455)
Variações no ativo circulante		
Aumento (redução) nas aplicações financeiras vinculadas	-	7.032.022
Aumento (redução) em outras variações no ativo circulante	284.564	197.157
Variações no passivo circulante		
Aumento (redução) no passivo circulante	(312.684)	(320.519)
Variações no ativo não circulante		
Aumento dos depósitos judiciais	189.136	(559.473)
Aumento (redução) do fundo de internacionalização do depto. de contabilidade e atuária da FEA/USP e outras variações no realizável a longo prazo	2.695.968	(444.422)
Variações no passivo não circulante		
Aumento (redução) das provisões para riscos fiscais	(244.428)	172.692
Total das atividades operacionais	<u>(526.831)</u>	<u>17.072.856</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	(489.988)	(19.610.776)
Total das atividades de investimento	<u>(489.988)</u>	<u>(19.610.776)</u>
Variação líquida de caixa	(1.016.819)	(2.537.919)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	<u>2.242.936</u>	<u>4.780.855</u>
Caixa mais equivalentes de caixa finais	<u>1.226.116</u>	<u>2.242.936</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

e. Demonstração do Valor Adicionado

	2010	2009 (reapresentado)
Receitas		
Receitas de serviços	22.158.114	19.097.889
Receitas de aluguéis	834.538	-
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimentos	1.518.020	(1.010.916)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	<u>91.787</u>	<u>17.057</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(14.118.364)	(14.173.785)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.044.323)	(2.951.314)
Valor adicionado bruto	6.439.772	978.931
Depreciação e amortização	<u>(682.752)</u>	<u>(984.430)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	5.757.020	(5.499)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas (despesas) financeiras	(1.393.257)	(346.365)
Valor adicionado total a distribuir	<u>4.363.763</u>	<u>(351.864)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>3.984.425</u>	<u>(564.685)</u>
Empregados		
Remuneração direta	2.313.156	2.383.088
Benefícios	637.125	819.031
FGTS	235.435	196.326
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	365.669	(3.709.687)
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	-	953.183
Remuneração de capitais próprios		
Superávit (déficit) do exercício	433.040	(1.206.626)

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Composição do Conselho Curador

Sérgio de Iudícibus
Presidente

Demais Membros:

Natos:

Ariovaldo dos Santos
Eliseu Martis
Fábio Frezatti
Masayuki Nakagawa
Reinaldo Guerreiro

Eleitos:

Diogo Toledo do Nascimento
Edgard Bruno Cornachione Jr.
Gerlando A. Franco de Lima
Gilberto de A. Martins
Lázaro Plácido Lisboa
Marina Mitiyo Yamamoto
Roberta Carvalho de Alencar
Sergio Rodrigues Bio

Suplentes

José Roberto Kassai
Luis Eduardo Afonso
Tânia Regina S. Relvas

Mario Armando Fernandes
Contador CRC 175236/SP

Composição da Diretoria Executiva

Iran Siqueira Lima
Diretor Presidente

Geraldo Barbieri
Diretor Administrativo-Financeiro

L.Nelson Carvalho
Diretor de Pesquisas

Carlos Alberto Pereira
Diretor de Cursos

Composição do Conselho Fiscal

Edison Castilho
Presidente

Titulares:

João Domiraci Paccez
Nelson dos Santos